CAF Brasil Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 02.430.238/0001-82

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. São Paulo, 27 de janeiro de 2012.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explic.	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	77.778	22.576
Contas a receber de clientes	4	14.863	2.679
Contas a receber – partes relacionadas	9	79.366	86.312
Estoques	5	6.513	48.217
Impostos a recuperar	6	2.503	23.631
Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos	16 c)	1.925	–
Despesas antecipadas		805	230
Total do ativo circulante		183.753	183.645
Não circulante			
Impostos a recuperar	6	15.889	25.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	24.266	8.588
Investimento em coligada	8	2.775	864
Imobilizado e intangível	7	132.382	131.118
Total do ativo não circulante		175.312	165.725
Total do ativo		359.065	349.370

Passivo e patrimônio líquido	Nota explic.	2011	2010
Circulante			
Fornecedores		24.486	39.186
Fornecedores – partes relacionadas	9	1.780	11.571
Empréstimos – partes relacionadas		–	43.208
Obrigações tributárias	10	6.080	8.969
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		4.339	5.182
Receita diferida		–	41.258
Adiantamento de clientes		82.684	–
Adiantamento de partes relacionadas	9	13.008	26.262
Obrigações a liquidar com instrumentos financeiros derivativos	16 c)	1.925	–
Outras obrigações		–	646
Total do passivo circulante		134.302	176.282
Não circulante			
Provisão para riscos tribut., cíveis e trabalhistas	11	662	–
Provisão para garantia	12	15.965	4.924
Total do passivo não circulante		16.627	4.924
Patrimônio líquido			
Capital social	13	151.652	151.652
Reserva legal		3.501	1.503
Lucros acumulados		52.983	15.009
Total do patrimônio líquido		208.136	168.164
Total do passivo e patrimônio líquido		359.065	349.370

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explic.	2011	2010
Receita líquida	19	360.257	431.106
Custo dos prod. vend. e serv. prest.	20	(248.517)	(368.564)
Lucro bruto		111.740	62.542
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(45.417)	(37.705)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(2.952)	(3.544)
Lucro operac. antes do result. financ.		63.371	21.293
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	623	630
Despesas financeiras	15	(2.510)	(8.017)
Variações cambiais, líquidas	15	57	13.355
Lucro antes do IRPJ e da contrib. social		61.541	27.261
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(37.409)	(16.114)
Diferidos	14	15.840	6.875
Lucro líquido do exercício		39.972	18.022
Lucro líquido por ação – R$		0,26	0,12
Quantidade de ações no fim do exerc.		151.652.000	151.652.000

A Companhia não divulgou as demonstrações de outros resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essas demonstrações registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa *(Em R$ mil)*

	Nota explic.	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		39.972	18.022
Ajustes p/ reconciliar o lucro líq. do exerc. com o caixa líq. gerado pelas ativid. operac.:			
Depreciação e amortização	7	8.479	8.305
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível	7	1.845	7.037
Provisão para perdas de créditos de ICMS		22.511	20.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(15.840)	(6.875)
Prov. para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11	662	–
Juros e variação cambial		10	(7.697)
Provisão para garantia		11.041	4.924
Outros		162	–
		68.842	44.701
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(12.184)	(28.607)
Contas a receber de clientes – partes relac.		6.946	–
Estoques		41.704	22.568
Impostos a recuperar		7.883	(53.859)
Despesas antecipadas		(575)	5.226
Outros créditos			
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(14.700)	359
Fornecedores – partes relacionadas		(9.801)	10.359
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(842)	3.382
Receita diferida		(41.258)	–
Obrigações tributárias		31.341	19.038
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.230)	(11.309)
Adiantamento de clientes		82.684	–
Adiantamento de parte relacionada		(13.255)	(79.873)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(646)	(17)
Caixa líq. gerado pelas atividades operacionais		111.909	(68.032)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível	7	(11.588)	(29.782)
Aquisição de investimento	8	(1.911)	(864)
Caixa líq. aplicado nas atividades de invest.		(13.499)	(30.646)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de emprést. de partes relacionadas		(43.208)	(17.652)
Aumento de capital		–	25.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financ.		(43.208)	7.348
Aumento (red.) de caixa e equival. de caixa		55.202	(91.330)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.576	113.906
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		77.778	22.576
Aumento (red.) de caixa e equival. de caixa		55.202	(91.330)
Informações adicionais sobre os fluxos de caixa			
Liquidações de oper. com instrum. financ. derivativos		833	–

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em R$ mil)*

	Capital social	Reserva legal	Lucros (prej.) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2009	126.652	602	(2.112)	125.142
Aumento de capital	25.000	–	–	25.000
Lucro líquido do exercício	–	–	18.022	18.022
Constituição de reserva legal	–	901	(901)	–
Saldos em 31/12/2010	151.652	1.503	15.009	168.164
Lucro líquido do exercício	–	–	39.972	39.972
Constituição de reserva legal	–	1.998	(1.998)	–
Saldos em 31/12/2011	151.652	3.501	52.983	208.136

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)*

1. Contexto operacional – A CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 3 de fevereiro de 1998, atua no segmento de transporte ferroviário e tem por objetivo a fabricação, a construção, a transformação, a reparação, a manutenção, a montagem, o projeto, a importação, a aquisição, a venda, a exportação, a exploração ou qualquer outra forma de comercialização de todo e qualquer tipo de trem, locomotiva, vagão, veículos ferroviários em geral, bem como de seus componentes, peças, acessórios e equipamentos. A Companhia é uma subsidiária das Companhias espanholas Inversiones en Concesiones Ferroviarias S.A. ("ICF"), Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles S.A. ("CAF Espanha") e Urbanización Parque Romareda S.A. Atualmente, a Companhia mantém as seguintes principais operações: • A Companhia mantém dois contratos com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos ("CPTM"), tendo como objeto principal a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 78 trens elétricos, com fornecimento de insumos e equipamentos. • Adicionalmente, a CAF Espanha celebrou em julho de 2008 dois contratos com a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, tendo por objeto o fornecimento de 48 trens de 8 carros e 17 trens de 6 carros. Desses contratos, 61 trens serão fabricados no Brasil pela Companhia; nesse sentido, foi firmado um contrato de industrialização entre a Companhia e a CAF Espanha, e, para atender às necessidades contratuais, a Companhia foi nomeada representante legal da sua controladora. Essa nomeação tem como finalidade a consecução dos contratos por conta e ordem da CAF Espanha. Em 31 de dezembro de 2011, todos os 61 trens já haviam sido concluídos e entregues pela Companhia. • Em 2010, a Companhia celebrou três contratos com a parte relacionada CTRENS – Companhia de Manutenção ("CTRENS"), sendo: a) Assessoria na aquisição de bens de origem nacional: consiste, principalmente, na assessoria à CTRENS, na aquisição de peças e componentes necessários à fabricação de 36 trens, bem como no fornecimento de estoque inicial de peças de reposição para esses trens e ferramentas para a oficina de manutenção, todos estes de origem nacional, no período compreendido entre agosto de 2010 e junho de 2012, a preços não mais onerosos que aqueles especificados no Anexo I do contrato. Os honorários da assessoria são fixos e definidos em contrato. b) Industrialização por encomenda: compreende a industrialização e montagem, sob encomenda, de 36 trens, para os quais a CTRENS remeterá à Companhia todas as peças e partes necessárias à produção dos trens completos, bem como a respectiva documentação de engenharia. A industrialização dos 36 trens está prevista para ocorrer entre junho de 2011 e julho de 2012. Os honorários da prestação de serviços são fixos e definidos em contrato. A Companhia assume todas as responsabilidades quanto ao funcionamento dos trens e eventuais vícios ocultos e/ou defeitos de montagem eventualmente detectados. c) Prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens: tem como objetivo principal a assessoria da Companhia à CTRENS, em relação ao seu contrato de manutenção preventiva, corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 – Diamante, celebrado entre a CTRENS e a CPTM. Os serviços prestados à CTRENS abrangem assessoria técnica ("know-how"), supervisão da mão de obra contratada pela CTRENS, assessoria à gestão de compras e utilização de materiais adquiridos pela CTRENS usados em seus serviços prestados à CPTM, de tal forma que a CTRENS obtenha um equilíbrio financeiro definido nesse contrato. A contraprestação dessa assessoria é remunerada mensalmente de acordo com a quantidade de trens disponibilizados pela CPTM à CTRENS, para a prestação de serviços, cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no contrato e serão reajustados mensalmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – IPC-FIPE. A Companhia assume as responsabilidades quanto aos serviços prestados pela CTRENS à CPTM, desde que estejam sob sua gerência e assessoria. • Em 2011, a Companhia celebrou dois contratos, sendo eles: a) Industrialização de 15 trens para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – ("CBTU") – Recife através do Consórcio Guararapes formado pela Companhia e CAF Espanha. b) Industrialização de 26 trens, com 6 carros cada, para a Linha 5 – Lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo – ("Metrô") e venda de peças sobressalentes obrigatórias, além de serviços complementares, como assistência técnica dos trens construídos, fornecimento de manuais de operação e manutenção e treinamento do pessoal do comprador. **2. Bases de elaboração das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis –** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre elas as estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, à provisão para créditos de liquidação duvidosa e à elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Para mais informações acerca das estimativas e premissas adotadas pela Administração, vide as práticas contábeis detalhadas a seguir. As principais práticas contábeis descritas a seguir foram apresentadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados: **a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita:** Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. As despesas são reconhecidas quando incorridas e os custos relativos aos projetos são reconhecidos no resultado com base no estágio de conclusão dos contratos. A Companhia reconhece e mensura as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção e as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral de trens em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30 – Receita. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre estas. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Variação cambial, líquida". **d) Instrumentos financeiros: Classificação:** Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **Ativos financeiros: (1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Para a Companhia, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria conforme demonstrado na nota explicativa nº 16. **(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. **(3) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. **(4) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), as contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4) e os saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 9). **Passivos financeiros:** Representados por contas a pagar a fornecedores e saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 9), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. **Método da taxa de juros efetiva:** Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. **Mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos e da variação cambial auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **f) Contas a receber de clientes e estimativa para créditos de liquidação duvidosa:** São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos e serviços, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A estimativa para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados devido à recuperação de créditos. **g) Estoques:** São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. **h) Investimento em coligada:** Avaliado pelo método de custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. **i) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (vide nota explicativa nº 7). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. **j) Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos, a fim de determinar se há alguma indicação de que sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nos casos quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **k) Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado. **l) Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **m) Contratos onerosos:** Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. **n) Provisão para garantias:** As provisões para o custo esperado com garantia de vendas são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. **o) Tributação – imposto de renda e contribuição social: Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **Impostos diferidos:** O IRPJ e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de encerramento das demonstrações financeiras e, nos casos aplicáveis, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às alíquotas aplicáveis ao período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Conta-corrente em moeda estrangeira	3.809	18.420
Caixa e contas-correntes no País	1.380	4.156
Aplicações financeiras	72.589	–
Total	77.778	22.576

Em 31/12/2011, a Companhia possuía depósitos denominados em euros – € em contas bancárias no exterior, os quais estavam atualizados pela taxa de câmbio vigente naquela data e disponíveis para saque. O valor convertido em reais desses depósitos no exterior era equivalente a €1.565 mil (€8.286 mil em 31/12/2010). As aplicações financeiras em 31/12/2011 referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados a taxa de 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. **4. Contas a receber de clientes –** Em 31/12/2011, são compostos por créditos com a CPTM, a CBTU e o Metrô, oriundos da industrialização de trens, da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos trens metropolitanos e dos respectivos insumos e equipamentos utilizados em tais serviços, conforme respectivos contratos mencionados na nota explicativa nº 1.

5. Estoques

	2011	2010
Importação em andamento	634	1.497
Estoques em formação – trens (*)	201	16.817
Material para fabricação (*)	–	14.767
Material para manutenção	1.214	687
Adiantamento a fornecedores	4.464	14.449
Total	6.513	48.217

(*) Em 31/12/2011, o principal projeto em execução refere-se ao contrato com a CTRENS, parte relacionada à Companhia. Para a execução desse contrato, as compras de materiais são efetuadas pela própria CTRENS. Em 31/12/2010, refere-se aos custos relacionados à fabricação de 61 trens que estavam sendo industrializados no Brasil, em cumprimento aos contratos entre a CAF Espanha e a Secretaria do Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, nos quais a Companhia foi nomeada representante legal de sua controladora CAF Espanha, conforme nota explicativa nº 1.

6. Impostos a recuperar

	2011	2010
Imp. sobre Circulação de Mercadorias e Serv. – ICMS	63.555	50.311
Contrib. p/ o Financiam. da Seguridade Social – COFINS	13	17.955
Programa de Integração Social – PIS	152	4.503
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	2.336	1.168
Outros	2	4
Prov. p/ não realiz. de crédito de ICMS a recuperar (*)	(47.666)	(25.155)
Total	18.392	48.786
Ativo circulante	2.503	23.631
Ativo não circulante	15.889	25.155

(*) A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados e a provisão para perdas necessária, de acordo com as projeções de utilização desses créditos. Os créditos de ICMS são gerados sobre as aquisições de insumos e equipamentos utilizados na prestação de serviços, conforme nota explicativa nº 1, cujas saídas, para determinados contratos, são isentas de tributação por tratar-se de venda a órgão público e exportação. Caso não seja possível compensar esses créditos tributáveis com ICMS a recolher gerado com futuras operações tributárias no Estado de São Paulo, a Companhia pretende solicitar aprovação das autoridades fiscais do Estado de São Paulo para vender ou transferir tais créditos para terceiros, principalmente, fornecedores. A Companhia contabilizou provisão para não realização de crédito de ICMS com base em tendências de mercado sobre operações de venda/transferência de crédito de ICMS similares. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas, bem como ações que estão sendo tomadas para a realização desses créditos. A realização do saldo líquido de créditos de ICMS depende do sucesso da implementação do referente plano.

7. Imobilizado e intangível

	Taxa média anual dedepreciação – %	2011 Custo	2011 Depreciação acumul.	2011 Valor residual	2010 Valor residual
Edifício	4	79.906	(6.609)	73.297	76.485
Máq. e equipamentos	10	34.022	(6.626)	27.396	31.944
Ferramentas	10	1.767	(771)	996	1.166
Moldes	10	62	(62)	–	894
Móveis e utensílios	10	2.587	(502)	2.085	1.646
Veículos	20	515	(285)	230	322
Equiptos. de inform.	20	927	(449)	478	1.364
Instal. e equiptos. telefônicos	10	26.229	(2.455)	23.774	7.961
Software	10	825	(211)	614	757
Benfeit. em imóv. de terc.	33	341	(329)	12	98
Imobiliz. em andam.		–	–	–	4.981
Terreno	–	3.500	–	3.500	3.500
		150.681	(18.2990	132.382	131.118

A movimentação do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	131.118	116.678
Adições:		
Edifício	11.485	7.903
Imobilizado em andamento	–	4.879
Máquinas e equipamentos	–	8.426
Ferramentas	–	1.560
Equipamentos de informática	42	964
Móveis e utensílios	16	1.859
Outros	45	4.191
Total	11.588	29.782
Baixas líquidas	(1.845)	(7.037)
Depreciação	(8.479)	(8.305)
Saldo no fim do exercício	132.382	131.118

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía bens imobilizados dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, nem arrolados em defesa de processos judiciais, tampouco bens paralisados ou despesas com aluguéis ou quaisquer outras despesas com arrendamento mercantil operacional e despesas referentes a juros capitalizados. **8. Investimento em coligada –** A Companhia possui participação na CTRENS de apenas 1%, cujo valor de R$2.775 (R$864 em 31 de dezembro de 2010) é avaliado pelo método de custo.

9. Transações com partes relacionadas

	Ativo 2011	Ativo 2010	Passivo 2011	Passivo 2010	Transações 2011	Transações 2010
CAF Espanha:						
Contas/receber (a)	18.016	81.388	–	–	–	–
Adiantamentos (a)	–	–	452	1.035	–	–
Fornecimento de materiais (a)	–	–	1.780	11.571	–	–
Rec. diferidas (a)	–	–	–	35.830	–	–
Vendas (a)	–	–	–	–	175.216	398.715
Compras (a)	–	–	–	–	(3.338)	(9.359)
Desp. financeiras	–	–	–	–	–	(7.110)
Trainlec S.L						
Compras	–	–	–	–	(38)	–
Traintic S.L						
Compras	–	–	–	–	(124)	–
ICF-						
Empréstimos (b)	–	–	–	43.208	(157)	–
CTRENS:						
Contas/receber (c)	61.350	4.924	–	–	–	–
Rec. diferidas (c)	–	–	–	5.428	–	–
Adiantamentos (c)	–	–	12.556	25.227	–	–
Prest. de serv. (c)	–	–	–	–	146.554	12.485
Total	79.366	86.312	14.788	122.299	318.113	394.731
Contas a receber	79.366	86.312	–	–	–	–
Contas a pagar	–	–	1.780	11.571	–	–
Adiantamentos – curto prazo	–	–	13.008	26.262	–	–
Receitas diferidas	–	–	–	41.258	–	–
Empréstimos	–	–	–	43.208	–	–

(a) Os saldos e as transações com a CAF Espanha estão relacionados, principalmente, à fabricação de 61 trens no Brasil, pela Companhia, referentes ao contrato celebrado entre a CAF Espanha e a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, conforme comentado na nota explicativa nº 1. As vendas de trens fabricados pela Companhia à CAF Espanha são denominadas em reais. (b) Durante 2010, a Companhia captou empréstimos da ICF no valor total de €45.000 mil sem vencimento definido, sendo €29.500 mil com incidência de juros de 3% ao ano e variação do Euribor de seis meses e €16.000 mil com incidência de juros de 5% ao ano e variação Euribor de seis meses. Devido à finalização dos projetos comentados na nota explicativa nº 1 e ao recebimento dos valores relacionados a estes, em 2011 a Companhia teve condições de liquidar tais empréstimos. Como os novos contratos da Companhia preveem que parte do valor do projeto deve ser paga via adiantamento, a Companhia não tem mais necessidade de captação de empréstimos junto a sua matriz ICF. (c) Os saldos e as transações com a CTRENS estão relacionados ao contrato de prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens e industrialização, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. Para a remuneração dos administradores da Companhia em 2011 e em 2010, vide nota explicativa nº 22.

10. Obrigações tributárias

	2011	2010
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1.126	1.766
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	330	346
Programa de Integração Social – PIS	3	20
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	1.101	93
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	268	341
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.258	4.248
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	822	1.539
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	–	34
Imposto Sobre Serviços – ISS	94	430
Outros	78	152
Total	6.080	8.969

11. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – A Cia. constituiu em 2011 provisão para riscos trabalhistas para as causas classificadas pelos consultores legais com risco de perda provável. O valor provisionado refere-se ao montante que os consultores legais consideram que a Cia. desembolsará nesses processos. A Cia. não possui ações relevantes de natureza tributária e cível que não estão provisionadas em 31/12/2011 ou que envolvam risco de perda classificado pela Administração e consultores legais como possível.

	2011
Saldo no início do exercício	–
Adições	662
Saldo no fim do exercício	662

12. Provisão para garantia – Nos contratos celebrados com a CAF Espanha e a CTRENS, comentados na nota explicativa nº 1, para a construção de trens no Brasil, a Companhia assume todas as responsabilidades quanto ao funcionamento dos trens e eventuais vícios ocultos e/ou defeitos de montagem eventualmente detectados pelo prazo de dois anos a partir da data da entrega de cada unidade e, para tanto, efetuou uma estimativa de potenciais custos a incorrer relacionados aos trens entregues à CPTM e contabilizou uma provisão para garantia no montante de R$15.965 em 31 de dezembro de 2011 (R$4.924 em 31 de dezembro de 2010). **13. Patrimônio líquido** – **a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado, subscrito e integralizado é de 151.652.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00, distribuídas da seguinte forma:

Inversiones en Concesiones Ferroviarias S.A. (95,05%)	144.152.000
Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles S.A. (4,90%)	7.425.000
Urbanización Parque Romareda S.A. (0,05%)	75.000
Total	151.652.000

As companhias brasileiras devem registrar no Banco Central do Brasil – BACEN os investimentos estrangeiros e os respectivos lucros capitalizados, para permitir a remessa de dividendos ou repatriação do capital. O capital estrangeiro está registrado no BACEN de acordo com o Certificado de Registro nº 85009/2432 de 22 de dezembro de 2010. A remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos à regularização do BACEN. **b) Reservas:** • Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • Destinação do resultado: O estatuto social da Companhia prevê a forma de distribuição dos lucros apurados no fim de cada exercício, os quais, quando distribuídos, são debitados diretamente na rubrica "Lucros acumulados". A destinação do lucro do exercício será objeto de análise em reunião da Assembleia a ser realizada em Março de 2012. **14. Imposto de renda e contribuição social** – **a) Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativo e passivo e seu respectivo valor contábil. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte origem:

	2011	2010
Provisão para não realização de créditos de ICMS	47.666	25.155
Provisão para garantia	15.965	4.924
Provisão para pagamento de transferência de tecnologia	7.040	–
Provisão para riscos trabalhistas	662	–
Variação cambial não realizada	(12)	(5.869)
Outras provisões	51	1.048
	71.372	25.258
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	24.266	8.588

Considerando a projeção de geração de lucro tributável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram integralmente contabilizados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010; contudo, não é possível estimar com razoável precisão os exercícios em que as diferenças temporárias serão realizadas. **b) Correntes e diferidos:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	61.541	27.261
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	(20.924)	(9.269)
Diferenças permanentes líquidas	(645)	30
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(21.569)	(9.239)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(37.409)	(16.114)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.840	6.875
Total	(21.569)	(9.239)

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui saldos de prejuízos fiscais nem bases negativas da contribuição social.

15. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras:		
Variação cambial, líquida	57	13.355
Rendimentos sobre aplicações financeiras	619	630
Outras	4	–
	680	13.985
Despesas financeiras:		
Juros e encargos financeiros	(2.021)	(7.150)
Outras	(489)	(867)
	(2.510)	(8.017)
Resultado financeiro	(1.830)	5.968

16. Instrumentos financeiros – **Considerações gerais e políticas:** A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, estabelecidos para o Grupo CAF. **Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos:** Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras decorrentes de empréstimos com partes relacionadas, contratos de vendas e importação de insumos produtivos, a Administração pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos. Para exposições cambiais, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "Non-Deliverable Forward – NDF" ("Forward"). **Fatores de risco financeiro: a) Risco de crédito:** Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Atualmente, a Companhia mantém transações comerciais com empresas e órgãos governamentais e também com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. A Administração não tem identificado risco significativo de crédito, tampouco registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, a Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha. **b) Risco de taxa de câmbio:** Decorre principalmente da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, principalmente dos contratos de venda e de compromissos de compras, bem como de caixa mantido em moeda estrangeira e empréstimos com partes relacionadas, denominados em euro. Em 31 de dezembro de 2011, a exposição cambial, preponderantemente indexada ao euro, é demonstrada conforme o quadro a seguir:

Posições ativas:	**2011**
Conta-corrente em moeda estrangeira	3.809
	3.809

Posições passivas:	**2011**
Contas a pagar a terceiros	(388)
Contas a pagar a parte relacionada	(1.780)
Total do passivo em moeda estrangeira	(2.168)
Total de exposição cambial líquida	1.641

c) Detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos. Em 31/12/2011, os contratos de "Forward" em aberto, detalhados abaixo, totalizam €55.216 e têm vencimentos previstos entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2015 e estão assim resumidos:

Descrição	2011 Valor nocional	2011 Valor justo	Efeito acumulado até 2011 – a valor justo Ganho	Efeito acumulado até 2011 – a valor justo Perda
Posição comprada euro	77.859	77.855	4	–
Posição vendida euro	53.611	55.540	–	(1.929)
Total				1.925

Em 01/11/2011, a Cia. elegeu a prática contábil de "hedge accounting", contabilidade de proteção, para as suas operações com derivativos contratadas em 2011, designadas para (i) proteção de valores justos nas operações de compromisso firme e (ii) de fluxo de caixa nas operações consideradas como de ocorrência altamente provável, para as quais os registros dos efeitos das variações nos valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos passaram a ser efetuados respectivamente (i) no resultado do exercício; e (ii) nas rubricas "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, revertendo-os contra as rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", no momento da liquidação de cada operação. Para o encerramento das demonstrações financeiras de 31/12/2011, devido à natureza das operações e dos contratos firmados pela Cia., as operações de "Forward" foram eleitas como sendo operações de proteção de valores justos, em que os efeitos das variações nos valores justos, que resultaram em perda líquida no montante de R$1.925, foram registrados diretamente no resultado do exercício, tendo como contrapartida o registro de um ativo no mesmo montante, para compensação do efeito do "hedge" no resultado. **d) Estimativa dos valores justos:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Cia. usa diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data de encerramento das demonstrações financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Cia. aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, conforme as práticas contábeis do CPC 40, mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com os níveis da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços), seja indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); • Isenções para ativos ou passivos que não se baseiam nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A tabela a seguir apresenta os ativos consolidados mensurados ao valor justo em 31/12/2011:

Ativo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo total**
Ativos financeiros ao valor justo-				
Derivativos	–	1.925	–	1.925
Total do ativo	–	1.925	–	1.925

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) baseia-se nos preços de mercado cotados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se esses preços representarem transações de mercado reais, que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Cia. é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares. • O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data de encerramento das demonstrações financeiras, com o valor resultante descontado ao valor presente. • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros remanescentes. Cia. não possuem instrumentos financeiros avaliados a valores justos, conforme o Nível 3, para o exercício findo em 31/12/2011. **Valores justos de instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado: Aplicações financeiras:** Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata. **e) Análise de sensibilidade do risco cambial:** Considerando as exposições cambiais em 31/12/2011, a análise de sensibilidade seria como segue:

Risco da Companhia	**Cenáriopossível**	**Cenárioremoto**
Aumento do euro	1.231	821

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o euro, considerando a taxa de câmbio em 31/12/2011 de R$2,42/€1,00, (R$1,82/€1,00), e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R$1,21/€1,00). A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 31/12/2011. **f) Risco de flutuação de preço de venda de seus produtos, prestação de serviços e custo de aquisição de materiais:** Os preços dos produtos e serviços prestados pela Companhia estão amparados em contratos anteriormente firmados com seus clientes; portanto, não há risco significativo de oscilação não esperada. **g) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno a acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base na evolução do seu lucro líquido e do Retorno sobre o Investimento ("Return on Investment – ROI"). Esses índices correspondem a:

	2011
Lucro líquido do exercício	39.972
Capital social	151.652
Retorno sobre o investimento	0,26

17. Coberturas de seguros – Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas. **18. Compromissos assumidos** – A Companhia assumiu diversos compromissos comerciais e financeiros acordados nos contratos celebrados com clientes, incluindo partes relacionadas, que estão detalhados na nota explicativa nº 1.

19. Receita líquida

	2011	2010
Receita bruta de venda de produtos	185.757	417.506
Receita bruta de serviços prestados	195.595	18.965
Impostos incidentes sobre faturamento	(21.095)	(5.365)
Total	360.257	431.106

20. Despesa por natureza

	2011	2010
Depreciação e amortização	8.479	8.306
Salários e benefícios	67.583	68.650
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	74.110	203.161
Mudanças nos estoques de prod. acabados e trabalho em progresso	34.762	37.699
Provisão para não realização de créditos de ICMS	22.511	20.985
Provisão para garantia	11.040	4.925
Seguros	5.418	5.942
Serviços prestados	29.662	30.424
Transporte de materiais	11.568	12.148
Conservação, aluguéis, energia e água	5.105	11.386
Outras	26.648	6.187
Total	296.886	409.813
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	248.517	368.564
Despesas gerais e administrativas	45.417	37.705
Outras despesas operacionais, líquidas	2.952	3.544
Total	296.886	409.813

21. Benefícios a funcionários – A Companhia concede participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Foram registrados na demonstração do resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", R$4.877 em 31/12/2011 (R$3.519 em 2010) a título de participação nos resultados. **22. Remuneração dos administradores** – A remuneração dos administradores da Companhia possui somente parcela fixa e está, assim, composta:

	2011	2010
Diretores estatutários	368	331

23. Autorização para emissão das demonstrações financeiras – As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 27 de janeiro de 2012.

Diretoria

Paulo Rubens Fontenele Albuquerque – Presidente

Agenor Marinho Contente Filho – Diretor Geral

Contador

Carlos Alberto Penna Leopoldo – Controller – Contador CRC 1RJ 049.147/O-0 -S-SP

Bruno Giral Gracia – Gerente Financeiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

À Administração **CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. –** São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. em 31/12/2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Cia. realiza transações significativas de compras e vendas de produtos e prestação de serviços, bem como contrata empréstimos de partes relacionadas. As citadas notas explicativas contêm informações sobre essas transações e seus efeitos no resultado das operações e sobre seus ativos e passivos correspondentes. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras citadas no primeiro parágrafo devem levar em consideração essas circunstâncias.

São Paulo, 27 de janeiro de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2SP 011.609/O-8

André Rafael de Oliveira

Contador – CRC nº 1SP 220.308/O-1